

REVISTA GESTÃO & SAÚDE
JOURNAL OF MANAGEMENT AND HEALTH



<https://doi.org/10.26512/rgs.v15i3.54875>
Revista Gestão & Saúde ISSN: 1982-4785

Recebido: 19.07.2024

Aprovado: 07.09.2024

Ensaio Teórico

Kamilla Alves Barreto

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0030-1706>

Doutoranda em Ciências Contábeis-UNB

Email: kamillabrrt@gmail.com

André Nunes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9928-6245>

Professor Dr. do PPGCont/ UnB

Email: andrenunes@unb.br

Avaliação das parcerias para o desenvolvimento produtivo no setor de saúde: impactos e insights obtidos

Evaluation of productive development partnerships in the healthcare sector: impacts and insights

Evaluación de las asociaciones para el desarrollo productivo en el sector de la salud: impactos y perspectivas

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs) com foco na incorporação de produtos para saúde. Trata-se de um ensaio teórico que buscou refletir sobre o sucesso e o insucesso das PDPs. As PDPs são instrumentos de políticas públicas que celebram acordos entre o setor público e o setor privado com o objetivo de promover a transferência de tecnologia e conhecimento na área da saúde. Na análise efetuada, foi possível observar que as PDPs são uma estratégia importante para ampliar o acesso da população a produtos de saúde, principalmente com a produção local, o que reduz os custos de importação. No entanto, também foi evidenciado que as PDPs enfrentaram desafios e insucessos em muitos casos, o que reforça a importância de avaliações criteriosas e sistemáticas para aprimorar as políticas públicas e para tomar decisões fundamentadas em evidências concretas que permitam a análise da viabilidade econômica dessas parcerias. Nesse contexto, é necessário avaliar se os investimentos realizados estão de fato proporcionando os resultados almejados em termos de benefícios para a saúde pública.

PALAVRAS-CHAVE: Parcerias Público-Privadas; Vigilância de Produtos para a Saúde; Avaliações de Processos.

ABSTRACT

This paper aims to analyze Partnerships for Productive Development (PDPs, in its Portuguese acronym), focusing on the incorporation of health products. It is a theoretical essay that sought to reflect on the success and failure of PDPs. PDPs are public policy instruments that establish agreements between the public and private sectors with the objective to promote technology and knowledge transfer in the health sector. The

analysis revealed that PDPs are an important strategy for expanding population access to health products, particularly through local production, which reduces import costs. However, it was also evident that PDPs faced challenges and failures in many cases, reinforcing the importance of thorough and systematic evaluations to improve public policies and make informed decisions based on concrete evidence, allowing for an analysis of the economic viability of these partnerships. In this context, it is necessary to assess whether the investments made are indeed providing the desired results in terms of benefits for public health.

KEYWORDS: Public-Private Sector Partnerships; Product Surveillance, Postmarketing; Process Assessment, Health Care.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar las Asociaciones para el Desarrollo Productivo (PDPs, por su sigla en portugués), centrándose en la incorporación de productos para la salud. Se trata de un ensayo teórico que buscó reflexionar sobre el éxito y el fracaso de las PDPs. Las PDPs son instrumentos de política pública que celebran acuerdos entre los sectores público y privado con el fin de promover la transferencia de tecnología y conocimientos en el sector sanitario. En el análisis realizado, se observó que las PDPs son una estrategia importante para ampliar el acceso de la población a productos de salud, especialmente a través de la producción local, lo que reduce los costos de importación. Sin embargo, también quedó evidenciado que las PDPs enfrentaron desafíos y fracasos en muchos casos, lo que refuerza la importancia de evaluaciones minuciosas y sistemáticas para mejorar las políticas públicas y tomar decisiones informadas basadas en evidencia concreta, permitiendo el análisis de la viabilidad económica de estas asociaciones. Así, es necesario evaluar si las inversiones realizadas están proporcionando los resultados deseados en términos de beneficios para la salud pública.

PALABRAS-CLAVE: Asociación entre el Sector Público-Privado; Vigilancia de Productos Comercializados; Evaluación de Procesos, Atención de Salud.

1 INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) é reconhecido como um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública globalmente, abrangendo uma ampla gama de serviços que vão desde o atendimento básico para verificar a pressão arterial, por meio da atenção primária, até procedimentos como transplantes de órgãos. O SUS garante acesso abrangente, universal e gratuito à saúde a todos os cidadãos brasileiros. Com sua implementação, o sistema assegurou o acesso igualitário aos serviços de saúde pública, sem qualquer forma de discriminação. Foi estabelecido o direito de todo indivíduo no Brasil a uma atenção integral à saúde, indo além do cuidado assistencial e abrangendo todas as fases da vida, desde a gestação até a velhice. O foco do sistema está na promoção da saúde e na prevenção de doenças, visando proporcionar uma melhor qualidade de vida para todos⁽¹⁾.

Considerando esse propósito, tem-se que o complexo industrial da saúde é um sistema composto por diferentes setores industriais, que englobam a base química e biotecnológica (como medicamentos biológicos, sintéticos, semissintéticos, vacinas, insumos farmacêuticos ativos e reagentes de diagnóstico), além da base mecânica, eletrônica e de materiais (como dispositivos médicos), juntamente com os serviços de saúde. Esses setores estabelecem relações institucionais e incentivam políticas com foco na inovação e na produção na área da saúde.

Antes da introdução da nova política industrial no setor da saúde, prevalecia a percepção de que o setor era predominantemente uma fonte de despesas. No entanto, recentemente, houve uma mudança

nessa visão, reconhecendo o setor de saúde como um complexo produtivo e provedor de serviços. Agora, é compreendido que esse setor tem o potencial de impulsionar o desenvolvimento industrial, tecnológico e social, através da ampliação do acesso da população a produtos e tecnologias inovadoras⁽²⁾.

Um dos instrumentos da atual política industrial brasileira são as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs) que são acordadas entre o setor público e o setor privado com o objetivo de promover a transferência de tecnologia e conhecimento na área da saúde, visando ao desenvolvimento e à produção de medicamentos, equipamentos e produtos de saúde. Essas parcerias são importantes para fortalecer a capacidade produtiva nacional e garantir o acesso da população a produtos de qualidade e preços mais acessíveis. No contexto brasileiro, as PDPs são uma estratégia adotada pelo Ministério da Saúde para promover a autonomia tecnológica e a segurança no abastecimento de medicamentos, equipamentos, vacinas, entre outros itens essenciais no âmbito do Sistema Único de Saúde⁽³⁾.

O principal propósito das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo reside na ampliação do acesso da população a produtos estratégicos, buscando reduzir as vulnerabilidades enfrentadas pelo Sistema Único de Saúde em decorrência de sua histórica dependência externa. Dada a necessidade de suprir a demanda de produtos de alto valor agregado para uma população de mais de 200 milhões de habitantes que fazem uso do sistema público de saúde de diferentes maneiras, tornou-se crucial estabelecer uma estratégia que incentivasse o desenvolvimento de plataformas tecnológicas previamente desconhecidas no Brasil. Tais avanços se tornaram essenciais para atender às demandas das tecnologias já incorporadas em compras governamentais federais⁽⁴⁾.

As características das PDPs na área da saúde incluem a participação de empresas públicas e/ou privadas, a transferência de tecnologia e conhecimento entre parceiros, a produção local de produtos, a realização de investimentos em infraestrutura e capacitação e a garantia do acesso da população aos produtos incluídos. Essas parcerias têm como objetivos principais a redução da dependência externa, o fomento à inovação tecnológica e o fortalecimento da indústria nacional no setor da saúde.

A investigação nesse campo viabiliza a avaliação da eficácia das PDPs, tanto no que tange à diminuição dos custos governamentais como à transferência de tecnologia para a indústria nacional. Essa análise desempenha um papel crucial no aprimoramento das políticas públicas e na formulação de decisões fundamentadas em evidências concretas. Dessa forma, torna-se possível discernir a viabilidade econômica dessas parcerias e avaliar se os investimentos realizados estão de fato proporcionando os resultados almejados em termos de benefícios para a saúde pública.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é apresentar reflexões associadas ao sucesso e ao insucesso das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo dos produtos para saúde. Com base nos dados atualizados, até março de 2023, do Ministério da Saúde, foram identificados 80 termos de compromisso (TCs) em vigor para medicamentos, vacinas e hemoderivados. Este ensaio teórico se limitou à análise dos TCs de produtos para saúde. Assim, foram identificadas 18 parcerias para produtos de saúde nas diferentes fases, sendo que apenas três estão vigentes (considerando o momento de produção deste ensaio teórico) e

15 foram extintas por diversos motivos, considerando suas diferentes apresentações e formas de composição⁽¹⁾.

Para atingir o objetivo proposto, o artigo está estruturado em cinco seções, sendo a primeira esta introdução. Na segunda seção se apresenta um breve referencial teórico, abordando e definindo a teoria da escolha pública e as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo e suas relações entre si. Na terceira seção são feitas análises e discussões do tema em questão, detalhando sobre o sucesso e o insucesso das PDPs. Finalmente, na quarta seção, são apresentadas as considerações finais, retomando a importância desse instrumento para a efetivação da atenção em saúde realizada pelo SUS.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Teoria da escolha pública

A teoria da escolha pública, concebida na década de 1960 por Buchanan e Tullock, parte do pressuposto de que tanto os agentes públicos quanto os agentes econômicos buscam seus próprios interesses privados, incluindo a obtenção de benefícios dentro da sociedade. Essa abordagem enfatiza que os indivíduos são motivados principalmente por seus próprios interesses e propõe uma análise dos fatores que influenciam a tomada de decisões pelos agentes públicos⁽⁵⁻⁶⁾.

Essa teoria desconstrói a idealização romântica e ilusória do funcionamento dos governos e do comportamento dos agentes que os gerem, substituindo-a por concepções mais céticas sobre o que os governos são capazes de realizar e o que de fato farão, alinhando-se de forma mais coerente com a realidade política⁽⁷⁾. Dessa forma, tal teoria pressupõe, como princípios metodológicos, análises divididas em duas vertentes: a positiva e a normativa. A análise normativa da teoria da escolha pública concentra-se em definir as características dos processos decisórios que atendam às condições das escolhas coletivas⁽⁸⁾. Por outro lado, a análise positiva tem como objetivo compreender como as entidades políticas e burocráticas se comportam ao tomarem decisões (como votos, orçamentos públicos, benefícios, entre outras ações), considerando o perfil do *Homo economicus* de seus membros⁽⁹⁾.

Embora, por definição, a teoria da escolha pública implique o uso de métodos econômicos nas ciências políticas, ela tem sido aplicada para embasar a exploração de fenômenos frequentemente estudados pelas ciências contábeis. Um exemplo disso é o trabalho de Costa⁽¹⁰⁾, que analisa a natureza das escolhas de alocação de recursos nos orçamentos federais. Além disso, outras pesquisas, como as de Cruz⁽¹¹⁾ e de Baldissera⁽¹²⁾, utilizaram a teoria da escolha pública para examinar o nível de transparência pública sob essa perspectiva.

Uma das principais críticas dirigidas à teoria da escolha pública é que os resultados alcançados na política podem diferir dos resultados obtidos no mercado, sendo essas diferenças atribuídas não às motivações comportamentais dos indivíduos, mas sim às estruturas institucionais nas quais esses atores racionais buscam alcançar ou defender seus interesses⁽¹³⁾.

Nesse sentido, as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo também podem ser analisadas sob a ótica da teoria da escolha pública, considerando que essa teoria destaca o papel dos indivíduos em buscar seus próprios interesses privados, tanto no âmbito econômico quanto no público. Na implementação das PDPs, os agentes públicos e econômicos envolvidos podem ser motivados por seus interesses particulares, buscando benefícios para suas instituições ou setores específicos. Isso pode influenciar as decisões e ações tomadas ao longo das parcerias, podendo gerar desafios em termos de transparência, competição e resultados efetivos.

Assim, é importante notar que a teoria da escolha pública destaca a necessidade de uma análise tanto positiva, focada em compreender como os agentes atuam na prática, quanto normativa, voltada para a definição de condições para escolhas coletivas satisfatórias. No contexto das PDPs, isso implica tanto analisar o comportamento dos atores envolvidos, buscando entender suas motivações e interesses, quanto avaliar a adequação das estruturas institucionais e dos processos decisórios para garantir a efetividade e a transparência das parcerias.

A teoria da escolha pública, portanto, pode ser aplicada como uma lente analítica relevante para compreender as dinâmicas e os desafios das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo. Ao serem consideradas as motivações individuais, as estruturas institucionais e os resultados alcançados, essa abordagem pode fornecer insights valiosos para o aprimoramento das PDPs, garantindo que essas parcerias sejam efetivas e estejam alinhadas com os interesses públicos e o sistema de saúde como um todo.

Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo

As Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo surgiram como uma ferramenta estratégica do Ministério da Saúde (MS) para otimizar o poder de compra governamental. É importante destacar a significativa mudança na Lei de Licitações, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993⁽¹⁴⁾, que possibilitou a dispensa de licitação em contratações envolvendo transferência de tecnologia de produtos estratégicos, previamente listados pela direção nacional do SUS.

Essa previsão também permite a aquisição desses insumos durante as etapas de absorção tecnológica, tornando possível a inclusão das PDPs no grupo de contratações por dispensa de licitação. De acordo com essa regulamentação, instituições públicas estabelecem parcerias com instituições privadas detentoras da tecnologia para colaborar no desenvolvimento de produtos estratégicos para o SUS, fortalecendo o sistema de saúde do país⁽⁴⁾.

Uma das principais características das PDPs é a transferência de tecnologia, que ocorre quando a indústria detentora do conhecimento tecnológico compartilha com uma instituição pública parceira os conhecimentos e processos necessários para a produção de medicamentos ou insumos. Essa transferência de tecnologia pode envolver desde a capacitação de recursos humanos até o processo produtivo de equipamentos e o fornecimento de serviços com know-how técnico. No entanto, ainda não se verifica

atualmente uma avaliação sistematizada das PDPs, de seus resultados e impactos. As regulamentações desses programas vêm sendo desenvolvidas e melhoradas conforme sua implementação avança⁽¹⁵⁾.

Embora tenham sido concebidas em 2009, as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo receberam sua regulamentação oficial em 2012 e foram redefinidas em 2014. Essa regulamentação estabeleceu critérios para a elaboração da lista de insumos estratégicos do Sistema Único de Saúde e definiu diretrizes específicas para a implementação das PDPs.

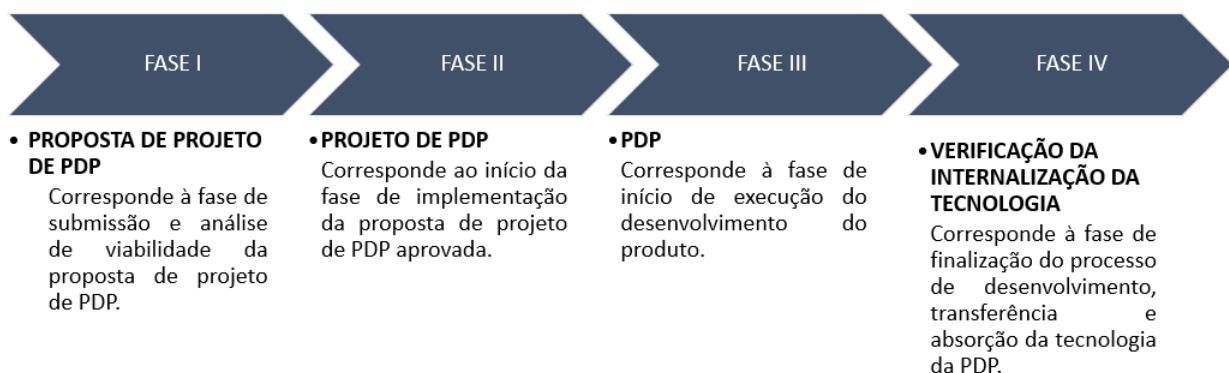
Esse marco regulatório se fundamenta em oito objetivos fundamentais, cujo propósito central é garantir a sustentabilidade econômica e tecnológica do país, impulsionando o desenvolvimento industrial para reduzir a vulnerabilidade do SUS e assegurar um maior acesso da população a medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde essenciais. Essa abordagem visa fortalecer o setor de saúde e promover a autonomia na produção nacional, com impacto positivo na saúde pública brasileira.

A fim de consolidar a produção nacional de medicamentos, equipamentos para saúde e vacinas, foi iniciada a implementação das PDPs a partir de 2009. Essa política foi mantida e continuada nos anos seguintes, visando fortalecer o setor fabril nacional. Como dito anteriormente, a construção e o aprimoramento das normativas dessa iniciativa ocorreram na medida de sua implantação.

Assim, observa-se que as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo são estabelecidas por instituições públicas, muitas delas designadas como Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs). Essas instituições podem aproveitar os benefícios proporcionados por essa nova regulamentação, que visa facilitar o estabelecimento de parcerias e acordos entre ICTs e empresas privadas. Essa regulamentação permite, inclusive, a cessão de instalações dentro das universidades para entidades privadas, conforme os acordos estabelecidos, e simplifica a prestação de contas, priorizando os resultados alcançados.

O processo de estabelecimento e execução das PDPs está dividido em quatro fases (cf. Figura 1), havendo monitoramento desde a fase II (projeto de PDP) até a fase IV (verificação da internalização da tecnologia).

Figura 1 – Fases da PDP



Fonte: Elaboração própria com base nas informações disponibilizadas pelo Departamento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde e de Inovação para o SUS (DECEIIS).

O monitoramento constante das diferentes fases das PDPs garante a efetividade e a qualidade das parcerias, buscando resultados concretos e impactos positivos para o sistema de saúde brasileiro. No entanto, é essencial que sejam realizadas avaliações sistematizadas das PDPs para verificar seus resultados e aprimorar continuamente essa importante estratégia governamental.

Dessa forma, as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo têm se mostrado uma ferramenta estratégica capaz de impulsionar o desenvolvimento tecnológico e social no âmbito da saúde, contribuindo para uma melhoria significativa na qualidade de vida da população brasileira e consolidando o país como um importante *player* no complexo industrial da saúde em nível global.

3 ANÁLISES E DISCUSSÕES

As Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo são uma iniciativa que vai além de simplesmente proporcionar economia para o Ministério da Saúde e reduzir a dependência do país em relação à importação de tecnologias e produtos. Essas parcerias também oferecem benefícios diretos à população, assegurando o fornecimento contínuo de medicamentos e produtos para saúde essenciais para o Sistema Único de Saúde.

No que diz respeito às PDPs, quanto aos equipamentos na área da saúde, é importante ressaltar que essas parcerias têm se concentrado especialmente na produção de equipamentos de alto custo e complexidade. Essas parcerias visam ampliar a capacidade de produção nacional, garantir o abastecimento do SUS e, consequentemente, reduzir os gastos com a importação desses equipamentos.

A implementação bem-sucedida das PDPs depende de uma série de fatores, incluindo a cooperação efetiva entre instituições públicas e privadas, a qualidade das transferências de tecnologia e a capacidade de gestão das parcerias. O Quadro 1 descreve as PDPs de produtos para saúde vigentes e a fase em que se encontram.

Quadro 1 – Parcerias vigentes das PDPs relacionadas a produtos para saúde

Produtos para saúde	Instituição pública	Entidade privada	Fase	% de demanda
Teste rápido de imunoglobulina G (IgG) e imunoglobulina M (IgM) para dengue, zika e chikungunya	Bahiafarma	Genbody Inc.	I	-
Monitor multiparamétrico	UEPB	Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos Hospitalares S.A.	IV	Mínimo de 50%
Desfibrilador/Cardioversor	UEPB	Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos Hospitalares S.A.	IV	Mínimo de 50%

Fonte: Elaboração própria com base nas informações disponibilizadas pelo Departamento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde e de Inovação para o SUS (DECEIIS).

As Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo de produtos para saúde desempenharam um papel fundamental durante a pandemia, demonstrando sua importância para o fornecimento ágil e eficiente de

equipamentos essenciais ao enfrentamento da crise sanitária. Por meio dessas parcerias entre organizações governamentais e empresas privadas, foi possível ampliar a disponibilidade de equipamentos médicos, como monitores e desfibriladores. Através da PDP com a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), foi adquirido e distribuído a todos os estados brasileiros um total de 3.500 monitores no enfrentamento à pandemia, garantindo o acesso adequado da população a recursos indispensáveis no combate à covid-19.

Na pandemia, a aquisição de equipamentos pelas Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo enfrentou desafios significativos, especialmente devido à alta demanda e à escassez de produtos e componentes eletrônicos no mercado global. Em muitos casos, os valores de mercado para os equipamentos necessários estavam acima do normal, devido à corrida por suprimentos médicos essenciais.

Apesar dessas dificuldades, as PDPs mostraram-se vantajosas, pois, em muitos contratos já firmados anteriormente, foram garantidos preços previamente acordados. Essa garantia de preço proporcionou uma estabilidade financeira tanto para as empresas privadas envolvidas nas parcerias quanto para o governo, evitando que os custos da aquisição disparassem diante da situação emergencial. Além disso, a priorização de parcerias de longo prazo com fornecedores locais permitiu uma melhor gestão dos riscos de mercado, assegurando a continuidade do fornecimento dos equipamentos necessários para o enfrentamento da pandemia.

Apesar dos nobres objetivos das PDPs, é importante destacar que existem críticas e aspectos negativos abordados em publicações acadêmicas sobre o tema. Uma das principais críticas diz respeito à falta de transparência e de participação social na seleção e na gestão das parcerias. A ausência de informações claras sobre os critérios utilizados para selecionar as empresas parceiras e a falta de acompanhamento adequado dos projetos podem resultar em desconfiança e comprometer o engajamento nas parcerias.

Vale ressaltar que, embora algumas PDPs em produtos para a saúde tenham sido bem-sucedidas, também houve casos em que as parcerias enfrentaram desafios e dificuldades. O Quadro 2 apresenta as PDPs extintas, bem como a motivação para sua extinção.

Quadro 2 – Parcerias extintas das PDPs relacionadas a produtos para saúde

Produto para saúde	Instituição pública	Entidade privada	Ano de extinção	Motivação da extinção
Kit de oftalmologia	UFPE	Opto Eletrônica S.A.	2013	A Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES) informou que não há interesse na continuidade da PDP.
Kit para diagnóstico - Rede Cegonha	ICC/Fiocruz Paraná	Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos	2011	A Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES) informou que não há interesse na continuidade da PDP.

		Hospitalares S.A.		
Dispositivo intrauterino (DIU)	FURP	Injeflex Indústria e Comércio de Dispositivos e Produtos Médicos LTDA	2010	Ausência de atendimento às recomendações da Comissão Técnica de Avaliação (CTA) no que se refere à adequação do projeto de PDP.
Aparelho auditivo	FURP	Politec Importações e Comércio LTDA	2013	Manifestação da instituição pública quanto ao desinteresse de investimentos do parceiro privado para a continuidade da PDP, pela impossibilidade da aquisição deste produto no âmbito das PDPs e pelo fato de a parceria não apresentar evolução.
Stent coronariano e cateter balão	FURP	Scitech Produtos Médicos LTDA	2013	Ausência de atendimento às recomendações da Comissão Técnica de Avaliação (CTA) no que se refere à adequação do projeto de PDP e pelo fato de a parceria não apresentar evolução.
Stent periférico e cateter balão	FURP	Scitech Produtos Médicos LTDA	2013	Ausência de atendimento às recomendações da Comissão Técnica de Avaliação (CTA) no que se refere à adequação do projeto de PDP e pelo fato de a parceria não apresentar evolução.
Solução para preservação de órgãos para transplantes	IVB	Institut Georges Lopez - IGL Group / IGL América Latina	2013	A instituição pública declarou ausência de interesse na continuidade das atividades de transferência de tecnologia do produto, disponibilizando o percentual de mercado atrelado ao Termo de Compromisso nº 34/2013.
Espiral de platina (coils)	FURP	First Line Medical Devices S.A.	2013	A Comissão Técnica de Avaliação (CTA) não acatou a solicitação de alteração do parceiro público do projeto da PDP.
Máquina de hemodiálise	FEPPS/ LAFERGS	Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos Hospitalares S.A.	2013	A Comissão Técnica de Avaliação (CTA) não acatou a solicitação de alteração do parceiro público do projeto da PDP.
Filtro dialisador	FEPPS/ LAFERGS	Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos Hospitalares S.A.	2013	A Comissão Técnica de Avaliação (CTA) não acatou a solicitação de alteração do parceiro público do projeto da PDP.
Aparelho de Amplificação Sonora Individual (AASI)	LAFERGS	WaveTech Soluções Tecnológicas Ltda / Acústica Amplivox LTDA	2016	A Comissão Técnica de Avaliação (CTA) não acatou a solicitação de alteração do parceiro público do projeto da PDP.
Marca-passo de câmara única e marca-passo de câmara dupla	FURP	Medtronic Comercial LTDA	2013	A instituição pública solicitou a exclusão da parceria.
Grampeador cirúrgico linear e recarga para grampeador cirúrgico linear	FURP	Johnson & Johnson do Brasil Indústria e Comércio de Produtos para Saúde	2013	A instituição pública solicitou a exclusão da parceria.

Kit de multitemplo diagnóstico para identificação de patógenos causadores de sepse	ICC/Fiocruz Paraná	Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos Hospitalares S.A.	2013	Ausência de apresentação da adequação do projeto executivo do produto conforme a Portaria GM/MS nº 2.531/2014 (vigente à época) pela instituição pública e desistência da instituição pública no projeto de PDP.
Stent coronariano	Iquego	Medtronic Comercial LTDA	2013	Ausência de apresentação da adequação do projeto executivo do produto conforme a Portaria GM/MS nº 2.531/2014 (vigente à época) pela instituição pública.

Fonte: Elaboração própria com base nas informações disponibilizadas pelo Departamento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde e de Inovação para o SUS (DECEIIS).

As Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo são uma iniciativa importante para ampliar o acesso a produtos estratégicos no sistema de saúde e promover o desenvolvimento industrial no país. No entanto, algumas dessas parcerias enfrentaram desafios que impactaram sua eficácia. Um dos principais problemas é a morosidade nos processos, com burocracia e atrasos na obtenção de licenças e autorizações para produção e comercialização dos produtos. Além disso, houve dificuldades na transferência de tecnologia entre as instituições envolvidas, o que afetou o desenvolvimento dos produtos.

A falta de transparência e de participação social na seleção e na gestão das parcerias também gerou desconfiança e críticas em algumas situações. Adicionalmente, o alinhamento de interesses entre governo, empresas e instituições de pesquisa tem sido um desafio. Ademais, mudanças no cenário econômico e tecnológico podem afetar a viabilidade dos produtos desenvolvidos por meio das PDPs. Esses desafios contribuíram para que algumas parcerias não alcançassem o sucesso esperado, reforçando, assim, a importância de uma gestão cuidadosa e contínua para o êxito das PDPs.

Outra crítica às PDPs diz respeito à dependência tecnológica e comercial em relação ao parceiro privado. Apesar de serem protegidas com a intenção de garantir a autonomia tecnológica do país, muitas vezes as PDPs resultam em uma transferência de tecnologia limitada no que diz respeito ao fornecimento dos produtos. Apesar das críticas, as PDPs têm apresentado resultados positivos no contexto brasileiro. Estudos têm demonstrado que essas parcerias aumentam o acesso a medicamentos e equipamentos essenciais no SUS, reduzindo os gastos com importação e promovendo a sustentabilidade do fornecimento desses insumos.

Um estudo realizado por Albareda e Torres⁽¹⁶⁾ analisou o impacto das PDPs na produção nacional de medicamentos. Os autores concluíram que as parcerias, tolerantes para o aumento significativo da produção nacional de medicamentos, não apresentaram a dependência de importação e fortaleceram a indústria farmacêutica nacional. Outro estudo, realizado por Scheinberg et al.⁽¹⁷⁾, analisou se as parcerias visam à produção local de medicamentos estratégicos a um custo reduzido para o Sistema Único de Saúde. Os resultados apontaram que os acordos oferecem vantagens mútuas para o governo e o laboratório detentor

da patente do produto biológico; assim, estabelece-se um fluxo de desenvolvimento biotecnológico, que possibilita potencial redução de custos e autossuficiência na produção.

Diante dos resultados positivos e dos desafios identificados, é fundamental que sejam adotadas medidas para aperfeiçoamento das PDPs no contexto brasileiro. É necessário fortalecer a transparéncia e a participação social na seleção e no acompanhamento das parcerias, garantindo a ampla divulgação das informações e o envolvimento de diferentes atores, como universidades, sociedade civil e órgãos de controle. Além disso, é importante investir na capacitação de recursos humanos e no fortalecimento das instituições envolvidas na gestão e no monitoramento das PDPs, para garantir uma efetiva transferência de tecnologia e uma produção local de qualidade.

Dessa forma, as PDPs se mostraram uma alternativa estratégica para a aquisição de equipamentos médicos não só em períodos normais, como também em situações de crise, garantindo a disponibilidade contínua de recursos essenciais para o sistema de saúde do país. Ao serem estabelecidas parcerias sólidas e de longo prazo entre instituições públicas e entidades privadas no âmbito da saúde, é possível não apenas garantir o fornecimento de produtos vitais, mas também fortalecer a capacidade produtiva nacional e promover a autonomia tecnológica do país.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo apresentou uma análise sobre as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo no Brasil que envolvem a incorporação de produtos para saúde. Foi possível observar que as PDPs são uma estratégia importante para ampliar o acesso da população a produtos de saúde, principalmente por meio da produção local. Além disso, essas parcerias têm a possibilidade de apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico do país, promovendo a formação de recursos humanos capacitados e a criação de redes de pesquisa.

Este ensaio teórico se limitou a analisar os termos de compromisso de produtos para saúde, apresentando as parcerias exitosas e a motivação para as parcerias extintas, considerando suas diferentes apresentações e formas de composição. Para pesquisas futuras, sugere-se a ampliação do escopo das análises, incluindo também análises de viabilidade econômica tanto em parcerias de produtos para saúde como em parcerias que envolvem medicamentos, vacinas e hemoderivados.

O artigo evidencia que as PDPs enfrentaram diversos desafios e insucessos, o que reforça a importância de avaliações criteriosas e sistemáticas para aprimorar as políticas públicas e tomar decisões fundamentadas em evidências concretas. Os desafios identificados, como a morosidade nos processos burocráticos, as dificuldades na transferência de tecnologia e a falta de transparéncia na gestão das parcerias, destacam a necessidade de melhorias contínuas.

Nesse sentido, a análise da viabilidade econômica dessas parcerias, avaliando se os investimentos realizados estão de fato proporcionando os resultados almejados em termos de benefícios para a saúde pública, é essencial.

Por fim, é fundamental que haja transparência e *accountability* em todas as etapas do processo das PDPs, desde a seleção dos parceiros até a implementação e o monitoramento das parcerias. Somente assim será possível garantir que as PDPs cumpram seu papel de contribuir para o acesso a tratamentos e medicamentos essenciais, de forma sustentável e com qualidade, fortalecendo a capacidade produtiva nacional e promovendo a autonomia tecnológica do país.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Ministério da Saúde. Ciência e Tecnologia em Saúde. Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo [Internet]. Brasília: MS; 2023 [citado em 2024 jul. 16]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/seccions/pdp>
2. Moreira MS. As Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) no setor da saúde: o poder de compra do Estado como política de indução à inovação e a capacitação tecnológica da Fiocruz no campo das biotecnologias [tese de doutorado na Internet]. Curitiba: Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná; 2018 [citado em 2024 jul. 16]. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/58455>
3. Oliveira EJBV, Vivan AL, Albuquerque FC, Silva GO, Rezende KS, Barbosa LP. A consolidação do marco regulatório das parcerias para o desenvolvimento produtivo. Rev Gest Saúde [Internet]. 2015 [citado em 2024 jul. 16];6(Supl 4):3175-3193. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rgs/article/view/3320>
4. Rezende KS. As Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs) e o estímulo à inovação em instituições farmacêuticas públicas e privadas brasileiras [dissertação de mestrado na Internet]. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; 2013 [citado em 2024 jul. 16]. Disponível em: <https://shorturl.at/NzUJC>
5. Buchanan JM, Tullock, G. The calculus of consent: the logical foundations of constitutional democracy. Michigan: The University of Michigan Press; 1965.
6. Dias MA. James Buchanan e a “política” na escolha pública. Ponto-e-vírgula [Internet]. 2009 [citado em 2024 jul. 16];6:201-217. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula/article/download/14047/10349/0>
7. Buchanan JM, Tollison RD. The theory of public choice - II. Michigan: University of Michigan Press; 1984.
8. Pereira PT. A teoria da escolha pública (*public choice*): uma abordagem neoliberal? Análise Social [Internet]. 1997 [citado em 2024 jul. 16];32(141):419-442. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41011271>
9. Mueller DC. Public choice: a survey. J Econ Lit [Internet]. 1976 [citado em 2024 jul. 16];14(2):395-433. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2722461>
10. Costa GPCL. A escolha pública no orçamento federal: uma análise a partir dos indicadores dos programas finalísticos [dissertação de mestrado na Internet]. Brasília: Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte; 2011 [citado em 2024 jul. 16]. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/41959>
11. Cruz CF. Transparência da gestão pública municipal: referenciais teóricos e a situação dos grandes municípios brasileiros [dissertação de mestrado na Internet]. Rio de Janeiro: Faculdade de

Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro; 2010 [citado em 2024 jul. 16]. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/43/dissert/ClaudiaFerreiradaCruz.pdf>

12. Baldissara JF. Determinantes da transparência pública: um estudo em municípios brasileiros sob a ótica da teoria da escolha pública [dissertação de mestrado na Internet]. Cascavel: Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná; 2018 [citado em 2024 jul. 16]. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/3805>
13. Costa GPCL, Freire FS, Gartner IR, Clemente A. As escolhas públicas orçamentárias federais no PPA 2008-2011: uma análise da perspectiva do modelo principal-agente. Rev Admin Pública [Internet]. 2013 [citado em 2024 jul. 16];47(5):1089-1116. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122013000500002>
14. Brasil. Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993. Dispõe sobre normas gerais de licitação e contratação pela Administração Pública [Internet]. Brasília: Presidência da República; 1993 jun. 22 [citado em 2024 jul. 16]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm
15. Silva GO, Elias FTS. Parcerias para o desenvolvimento produtivo: um estudo de avaliabilidade. Com Ciênc Saúde [Internet]. 2017 [citado em 2024 jul. 16];28(3/4):313-325. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/periodicos/ccs_artigos/v28_3_parcerias_desenvolvimento.pdf
16. Albareda A, Torres RL. Avaliação da economicidade e da vantajosidade nas Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo. Cad Saúde Pública [Internet]. 2021 [citado em 2024 jul. 16];37(3):e00070320. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00070320>
17. Scheinberg MA, Felix PAO, Kos IA, Andrade MDA, Azevedo VF. Parceria para o desenvolvimento produtivo com produtos bioequivalentes: perspectivas de acesso a produtos biológicos no mercado brasileiro. Einstein [Internet]. 2018 [citado em 2024 jul. 16];16(3):1-6. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-45082018RW4175>

PARTICIPAÇÃO DOS AUTORES DO ARTIGO ORIGINAL

Autor 1: Trabalhou na concepção teórica, coleta de dados, análise de dados e elaboração e redação final do texto.

Autor 2: Trabalhou na concepção teórica, análise de dados e redação final do texto.

BIOGRAFIA OU CURRÍCULO DOS AUTORES

Kamilla Alves Barreto. Doutoranda em Ciências Contábeis. Cargo e Instituição a qual está vinculado: Doutoranda em Ciências Contábeis – PPGCont/ UnB

André Nunes. Doutor em Economia. Cargo e Instituição a qual está vinculado: Professor do PPGCont/ UnB